

**PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA - 51º CONCURSO PARA JUIZ
SUBSTITUTO**

Concurso público de provas e títulos (nº51) para o provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado de Goiás - 2004/05.

Senhor(a) candidato(a):

Esta é a primeira fase do concurso. Prova objetiva de noções gerais de algumas matérias jurídicas, como consta do Edital de Concurso. A duração da prova é de cinco (5) horas.

Só há UMA alternativa correta em cada uma das questões formuladas.

Verifique seu caderno de provas se não há alguma irregularidade como exemplo: a falta ou excesso de páginas. Havendo, troque-o com o fiscal de sua sala. Antes de marcar as respostas.

Não é permitido qualquer consulta a livros ou a outros candidatos ou qualquer meio eletrônico ou informatizado. A comunicação ou consulta importa em desclassificação.

No transcorrer do horário haverá entrega de **UMA** folha para marcação de respostas (GABARITO). Assinale-a como nela ordenado. **Não faça rasuras.**

Não assine seu nome no caderno. NEM NA FOLHA DE RESPOSTAS. Faça-o em papel separado que lhe será entregue por um dos fiscais de sua sala.

Boa prova.

Banca Examinadora

QUESTÕES:

01. Em relação aos direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- a) () o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para o maior de dezesseis e menor de dezoito anos. Porém, se esse menor for emancipado, ficará obrigado a votar, em virtude de haver adquirido a capacidade plena para os atos da vida civil;
- b) () o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para o analfabeto. Porém, mesmo que o analfabeto se aliste não será obrigado a votar, e se se filiar a algum partido político, ainda assim não terá capacidade eleitoral passiva;
- c) () o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para o analfabeto. Porém, se o analfabeto se alistar estará obrigado a votar, em virtude da função social do

voto, que o converte em um dever;

d) () o alistamento eleitoral é facultativo para o analfabeto. Porém, mesmo que o analfabeto se aliste não estará obrigado a votar. Essa obrigação só ocorrerá se o analfabeto se filiar a algum partido político.

02. Considerando a competência legislativa privativa da União, assinale a assertiva correta:

a) () a competência privativa da União, para legislar sobre determinadas matérias, admite a possibilidade de delegação de competência aos Estados para legislarem sobre questões específicas dessas matérias. Essa delegação será disciplinada por lei complementar, e poderá ser conferida apenas aos Estados que nela forem indicados;

b) () a competência privativa da União, para legislar sobre determinadas matérias, não admite a possibilidade de qualquer delegação de competência aos Estados;

c) () a competência privativa da União, para legislar sobre determinadas matérias, admite a possibilidade de delegação de competência aos Estados para legislarem sobre questões específicas dessas matérias. Essa delegação será disciplinada por lei ordinária, e poderá ser conferida apenas aos Estados que nela forem indicados;

d) () a competência privativa da União, para legislar sobre determinadas matérias, admite a possibilidade de delegação de competência aos Estados para legislarem sobre questões específicas dessas matérias. Essa delegação será disciplinada por lei complementar, e será conferida indistintamente a todos os Estados.

03. O controle de constitucionalidade repressivo pode ser concentrado ou difuso.

O controle difuso será exercido incidentalmente por qualquer juízo ou tribunal. Na hipótese de ação civil pública, assinale a alternativa **incorreta**:

a) () se a ação civil pública versar sobre direitos individuais homogêneos será possível o controle de constitucionalidade por qualquer juízo ou tribunal, já que o efeito da decisão será restrito a um grupo certo de pessoas;

b) () se a ação civil pública versar sobre direitos

coletivos ou difusos não será possível o controle de constitucionalidade por qualquer juízo ou tribunal, uma vez que os efeitos da decisão seriam "*erga omnes*" e usurpariam a competência do Supremo Tribunal Federal exercida através do controle concentrado de constitucionalidade;

c) () não se admite o exercício de controle difuso de constitucionalidade em relação a lei federal, quando a ação civil pública for entre partes contratantes, visando a persecução de bem jurídico concreto, individualizado e perfeitamente definido;

d) () não se admite que a ação civil pública que versar sobre direitos coletivos ou difusos seja sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade, com a finalidade de exercer controle concentrado de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição.

04. A Emenda Constitucional nº 45 trouxe para o cenário jurídico nacional a súmula vinculante. Quanto aos seus efeitos, assinale a alternativa correta:

a) () as súmulas do Supremo Tribunal Federal que já se encontram em vigor passam a ter imediatamente efeito vinculante;

b) () as súmulas do Supremo Tribunal Federal que já se encontram em vigor só produzirão efeito vinculante após serem confirmadas pela maioria absoluta de seus membros e publicação na imprensa oficial;

c) () as súmulas do Supremo Tribunal Federal que já se encontram em vigor não produzirão efeito vinculante, salvo se confirmadas por dois terços de seus membros e publicação na imprensa oficial;

d) () apenas as futuras súmulas do Supremo Tribunal Federal poderão produzir efeito vinculante. Não há qualquer previsão de atribuição de efeito vinculante às súmulas que já se encontram em vigor.

05. Quanto a Emenda Constitucional nº 45, assinale a alternativa correta:

a) () todos os tratados e convenções internacionais serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros;

b) () só serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros;

c) () ficou extinta qualquer outra possibilidade de incorporação de tratado ou convenção internacional ao direito brasileiro;

d) () os tratados e convenções internacionais que não forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros serão incorporados à ordem jurídica nacional através de lei complementar.

06. Quanto ao processo legislativo, assinale a alternativa correta:

a) () na hipótese de algum parlamentar apresentar projeto de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, e esse projeto de lei vier a ser aprovado pelas duas casas do Congresso Nacional, a sanção presidencial supre o defeito quanto a iniciativa;

b) () a medida provisória só poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional;

c) () o Presidente da República pode retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória por ele editada, independentemente de edição de nova medida provisória;

d) () se durante o processo legislativo de um projeto de emenda constitucional ocorrer algum vício de inconstitucionalidade, o parlamentar que se julgar prejudicado poderá valer-se do mandado de segurança para exercício do controle difuso de constitucionalidade.

07. Assinale a alternativa correta:

a) () pode ser eleito Deputado ou Senador qualquer brasileiro nato ou naturalizado, que esteja no exercício de seus direitos políticos e satisfaça as demais exigências constitucionais e legais. No entanto, o cargo de Presidente do Senado Federal é privativo de brasileiro nato, e só poderá ser ocupado por quem detenha a nacionalidade *ius soli*;

- b) () só pode ser eleito Deputado ou Senador o brasileiro nato, que esteja no exercício de seus direitos políticos e satisfaça as demais exigências constitucionais e legais;
- c) () pode ser eleito Deputado ou Senador qualquer brasileiro nato ou naturalizado, que esteja no exercício de seus direitos políticos e satisfaça as demais exigências constitucionais e legais. No entanto, o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados é privativo de brasileiro nato, e só poderá ser ocupado por quem detenha a nacionalidade *ius soli*;
- d) () pode ser eleito Deputado ou Senador qualquer brasileiro nato ou naturalizado, que esteja no exercício de seus direitos políticos e satisfaça as demais exigências constitucionais e legais. No entanto, o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados é privativo de brasileiro nato, e só poderá ser ocupado por quem seja brasileiro nato, independentemente dessa nacionalidade ser *ius soli* ou *ius sanguinis*.

08. Quanto ao veto a projeto de lei, assinale a alternativa correta:

- a) () o veto jurídico ocorre quando o Presidente da República considera o projeto de lei, no todo ou em parte, contrário ao interesse público, e fica obrigado a justificar seus motivos;
- b) () o veto discricionário ocorre quando o Presidente da República considera o projeto de lei, em parte, contrário ao interesse público, e não está obrigado a justificar seus motivos;
- c) () o veto alternativo ocorre quando o Presidente da República considera o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional e/ou contrário ao interesse público, e não está obrigado a justificar seus motivos;
- d) () o veto político ocorre quando o Presidente da República considera o projeto de lei, no todo ou em parte, contrário ao interesse público, e fica obrigado a justificar seus motivos.

09. Quanto à legitimidade para propositura da ação declaratória de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) () a ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do

Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador Geral da República;

b) () a ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelos mesmos legitimados a proporem a ação direta de inconstitucionalidade;

c) () a ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pela Mesa da Assembléia Legislativa, pelo Governador do Estado, pelo Procurador Geral da República, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por partido político com representação no Congresso Nacional, ou por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;

d) () a ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pela Mesa da Assembléia Legislativa, pelo Governador do Estado, pelo Procurador Geral da República, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por partido político com ou sem representação no Congresso Nacional, ou por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

10. Quanto ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) () os tribunais só podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;

b) () os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto da maioria simples de seus membros;

c) () os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;

d) () os tribunais só podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto de dois terços de seus membros.

11. No âmbito da competência legislativa concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados:

- a) deverão aguardar a promulgação da lei federal sobre normas gerais, para só então legislarem concorrentemente;
- b) deverão recorrer a mandado de injunção para poderem legislar concorrentemente;
- c) poderão exercer competência legislativa plena;
- d) poderão exercer competência legislativa suplementar de caráter provisório.

12. Quanto às leis delegadas, assinale a alternativa correta:

- a) pode ser objeto de delegação matéria reservada a lei complementar;
- b) a delegação uma vez concedida será ampla e irrestrita;
- c) se o Executivo exorbitar os limites da delegação, será de competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos;
- d) não será objeto de delegação a legislação sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, sociais, políticos, econômicos e eleitorais.

13. Quanto à tutela constitucional das liberdades, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o *habeas corpus* é considerado uma ação penal popular, já que qualquer pessoa pode impetrá-lo em benefício próprio ou alheio, inclusive menor de idade e deficiente mental, ainda que não devidamente representados ou assistidos;
- b) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afirma ser possível a concessão de liminar em mandado de segurança;
- c) há a possibilidade de impetração de mandado de injunção coletivo no caso de os sindicatos defenderem direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, em questões judiciais ou administrativas;
- d) um *habeas corpus* impetrado contra ato ou decisão de uma das Turmas do Supremo Tribunal Federal, é suscetível de apreciação pelo plenário do Pretório Excelso.

14. O ato do Poder Judiciário que, sob o fundamento de isonomia, concede a servidor público, que teve por lei excluída vantagem pecuniária, é juridicamente:

- a) possível, por tratar-se de supressão de benefício;
- b) possível, ante situação constitucional imperfeita;
- c) possível, para restabelecer o princípio da igualdade;
- d) inadmissível, ante a separação dos poderes.

15. Assinale a alternativa correta:

- a) apesar de a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42) ter sofrido leves alterações com a edição do novo Código Civil, ela se mantém, ainda, unicamente aplicável às regras civis;
- b) nas relações banco-cliente, é correto dizer que apenas algumas das atividades bancárias e financeiras são regidas pela legislação consumerista;
- c) o contrato social da sociedade em conta de participação produz efeitos somente entre os sócios, e a inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade;
- d) o Código de Defesa do Consumidor adota, expressamente, o princípio da desconsideração da personalidade jurídica.

16. Assinale a alternativa falsa:

- a) de acordo com o artigo 1.641, II do Código Civil vigente, é obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa (homem ou mulher) maior de (sessenta) 60 anos;
- b) independentemente do tempo de duração do companheirismo, é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família;
- c) em caso de os pais decaírem do poder familiar, os filhos menores são postos em tutela;
- d) não se legitimam a suceder por testamento os

indivíduos concebidos à época da abertura da sucessão.

17. Assinale a alternativa correta:

- a) têm preferência sucessória, de acordo com a ordem prevista pelo Código Civil vigente, os descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão parcial de bens, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão universal, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
- b) ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será, sempre, assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação, relativamente ao imóvel destinado à residência da família;
- c) na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau;
- d) até o compromisso do inventariante, a administração da herança, caberá, em primeiro lugar, ao cônjuge ou companheiro, mesmo se com o outro não convivía ao tempo da abertura da sucessão.

18. Assinale a alternativa falsa:

- a) nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação;
- b) o credor pignoratício tem direito, dentre outros, à posse da coisa empenhada e a apropriar-se dos frutos da coisa empenhada que se encontrar em seu poder;
- c) os navios e as aeronaves podem ser objeto de hipoteca;
- d) a lei não confere hipoteca co-herdeiro, mesmo que para garantia do seu quinhão ou torna da partilha, sobre imóvel adjudicado ao herdeiro reponente.

19. Tendo em vista os dispositivos da Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), assinale a alternativa correta:

- a) a Lei dos Registros Públicos rege apenas o registro

civil de pessoas naturais, o registro civil de pessoas jurídicas, o registro de títulos e documentos, o registro de imóveis;

b) () a atividade registrária é exercida em caráter privado e não se constitui serviço público;

c) () os nubentes habilitados para o casamento poderão pedir ao oficial que lhes forneça a respectiva certidão, para se casarem perante autoridade ou ministro religioso, a qual terá prazo de validade indeterminado;

d) () o desmembramento territorial posterior ao registro exige sua repetição no novo cartório.

20. Assinale a alternativa verdadeira:

a) () a pessoa que, a rogo, escreveu o testamento, não pode ser nomeada herdeira nem legatária, impedimento extensivo ao seu cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes e irmãos;

b) () a aceitação da herança pode ser expressa ou tácita, assim como sua renúncia;

c) () são irrevogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança;

d) () na ordem da vocação hereditária da sucessão legítima os ascendentes preferem aos descendentes.

21. Assinale a alternativa falsa:

a) () a lesão causada a pessoa, mesmo que com a finalidade única de remover perigo iminente, constitui ato ilícito;

b) () o incapaz pode, dependendo das circunstâncias, responder pelos prejuízos que causar;

c) () o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança;

d) () o dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, ressalvados apenas os casos em que ele tenha provado culpa da vítima ou força maior.

22. Acerca da prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz nunca poderá suprir, de ofício, a alegação de prescrição;
- b) a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários sempre aproveitará aos demais;
- c) a interrupção da prescrição, nos casos ditados pelo atual Código Civil, poderá ocorrer somente uma única vez;
- d) o prazo de prescrição do direito de ação a ser ajuizada no juízo cível, originária de fato que deva ser apurado no juízo criminal, flui independentemente da respectiva sentença criminal definitiva.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) mediante promessa de compra e venda, em que se pactuou arrependimento, celebrada por instrumento público ou particular, e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel;
- b) a Lei nº 6.766/79, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências", revogou expressamente o Decreto-Lei nº 58/37;
- c) depois de aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, basta ao loteador a sua submissão ao Registro Imobiliário, sem previsão legal de prazo que acarrete eventual e futura caducidade da referida aprovação;
- d) segundo prescreve a Lei nº 6.766/79, aos Estados caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos em determinadas condições, dentre as quais quando se tratar de loteamento que abranja área superior a 1.000.000m² (um milhão de metros quadrados).

24. Assinale a alternativa correta:

- a) diferentemente do que previa o Código Civil de 1916, o Código de 2002 estabelece que o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e restituído no de esbulho;
- b) de acordo com o artigo 1.215 do Código Civil de 2002, correspondente ao artigo 512 do Código Civil

revogado, "os frutos naturais e industriais reputam-se colhidos e percebidos logo que são separados; os civis reputam-se percebidos dia por dia";

c) () o possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, salvo no caso de ela ter ocorrido acidentalmente;

d) () nem mesmo as benfeitorias necessárias serão ressarcidas ao possuidor de má-fé.

25. Assinale a alternativa correta:

a) () salvo a existência de convenção ou, caso ela exista, seja a mesma nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime matrimonial da comunhão universal;

b) () no caso de registro de gêmeos, é dispensada a declaração no assento especial de cada um, a ordem de nascimento;

c) () mesmo que todos os chamados a suceder renunciem à herança, ela apenas será declarada vacante depois de transcorrido um ano contado da última renúncia;

d) () quando a ofensa tiver mais de um autor, todos eles responderão solidariamente pela reparação. Essa obrigação decorre expressamente da lei.

26. Assinale a alternativa verdadeira:

a) () as empresas cinematográficas, no que se refere à sua eventual responsabilização civil, não estão sujeitas às regras da Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa), mas sim ao Código Civil, posto que não se equiparam às 'empresas jornalísticas';

b) () segundo a Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade, concessão de registro de desenho industrial, concessão de registro de marca, repressão às falsas indicações geográficas, e repressão à concorrência desleal;

c) () segundo a sistemática do Código Civil vigente, o proprietário tem duas únicas faculdades, quais sejam a de usar e gozar da coisa, sem se falar, ainda, no direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha;

d) () no que se refere ao direito de vizinhança, é certo que o proprietário é obrigado a tolerar a passagem, através de seu imóvel, de cabos, tubulações e outros condutos subterrâneos de serviços de utilidade pública, em proveito de proprietários vizinhos, quando de outro modo for impossível ou excessivamente onerosa, independentemente de indenização.

27. Assinale a alternativa falsa:

a) () o Código Civil vigente, no que se refere aos "contratos em geral", contempla o princípio da função social do contrato;

b) () ocorre 'lesão' quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;

c) () há casos em que o Código Civil vigente não exige que o distrato se faça pela mesma forma exigida para o contrato;

d) () nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.

28. Assinale a alternativa verdadeira:

a) () no que se refere às obrigações, a 'coisa incerta', pela sua própria natureza, não é identificada, nem mesmo pelo seu gênero e quantidade;

b) () haverá obrigação solidária sempre que a lei, a vontade das partes e a presunção inequívoca a revelar;

c) () é indubitoso que, na solidariedade ativa, enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o

devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar;

d) () é regra, no caso de obrigações alternativas, que a escolha caiba ao credor, salvo se outra coisa não se estipulou.

29. Assinale a alternativa falsa:

a) () a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor;

b) () o bem de família, segundo o novo código civil, poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família;

c) () a dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família;

d) () são excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem acusado caluniosamente o autor da herança, em juízo ou fora dele, ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro.

30. Assinale a alternativa verdadeira:

a) () o atual Código Civil exige idade mínima de 18 anos para adotar, enquanto que o Código Civil revogado exigia idade mínima de 21 anos;

b) () deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, seja ela legal ou convencional;

c) () a prescrição, no Direito Civil, pode ser interrompida por qualquer interessado;

d) () se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu, vedado, porém, ao prejudicado, mesmo que assim o prefira, exigir que essa indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

31. Franquia é:

- a) distribuição de produtos com exclusividade;
- b) licenciamento e organização empresarial;
- c) sucursal de uma marca sem exclusividade;
- d) representação e agenciamento empresarial.

32. É incorreto afirmar que:

- a) contrato intelectual diz respeito especificamente aos direitos autorais artísticos e literários;
- b) na transferência de tecnologia, o objetivo negocial é a capacitação do cessionário;
- c) o titular de direito industrial pode licenciar o uso da patente por terceiro;
- d) o cheque administrativo por ser objeto de sustação.

33. É incorreto afirmar que:

- a) é possível a redução do capital social da sociedade empresária de responsabilidade limitada;
- b) a duplicata pode ser resgatada antes mesmo de aceita;
- c) o uso de cartão de crédito clonado para efetuar compras constitui crime de estelionato, mas o seu uso para sacar dinheiro em caixa eletrônico configura crime de furto;
- d) o ponto comercial é bem corpóreo que consiste na valorização de bem imóvel decorrente da atividade empresarial nele exercida.

34. Com relação à sociedade em conta de participação, é equivocado afirmar que:

- a) ela não tem personalidade jurídica;
- b) seu sócio ostensivo assume obrigações em nome dela, no limite do capital social;
- c) seu sócio ostensivo obriga-se em nome próprio e ilimitadamente;

d) () é também conhecida como acidental ou momentânea.

35. O direito de recesso:

a) () significa o afastamento temporário do sócio, justificado e aceito pelos consócios em assembléia específica;

b) () pode ser exercido na sociedade empresária com prazo determinado, mediante comprovação judicial de justa causa;

c) () é o período temporal legal em que a empresa fecha para balanço, mesmo em dia útil do calendário civil;

d) () constitui-se no prazo para integralização de quotas, podendo ser prorrogado uma vez.

36. Assinale a alternativa incorreta:

a) () sede é a circunscrição territorial onde de localizam a sociedade e seu representante legal;

b) () o aval pode ser parcial e ser dado após o vencimento do título de crédito;

c) () as companhias de seguro privado não se sujeitam à falência;

d) () o liquidante da empresa não pode confessar a falência, mas pode requerer a concordata dela.

37. Marque a alternativa incorreta:

a) () na compra e venda 'on line', o pagamento bancário por via eletrônica tem a mesma natureza e efetividade do pagamento por meio físico ou presencial;

b) () pelo Novo Código Civil, não só os comerciantes, mas também industriais e prestadores de serviço estão sujeitos à falência;

c) () nos crimes falimentares a ação penal é pública, mas o síndico pode oferecer queixa subsidiária;

d) () as debêntures são títulos endossáveis, nominativos e conversíveis em ações.

38. Antes de seu registro respectivo, a sociedade anônima, em relação aos atos praticados em nome dela:

- a) não responde por tais atos;
- b) responde pelos atos, se assim deliberar a assembléia geral;
- c) responde pelo atos somente se deles decorrer responsabilidade civil;
- d) os sócios respondem por tais atos em igualdade de condições.

39. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a invenção, cujo registro tem efeito jurídico declaratório, pode ser objeto de desapropriação;
- b) para que o contrato relativo à propriedade industrial produza seus efeitos entre os contratantes é irrelevante seu registro no INPI;
- c) a alteração do estatuto de empresa estrangeira autorizada a funcionar no país depende de aprovação do Poder Executivo;
- d) a proteção dos direitos de personalidade não alcança as pessoas jurídicas de direito privado.

40. A '*affectio societatis*':

- a) é ato jurídico pelo qual os cônjuges estabelecem sociedade entre si;
- b) significa o intento de associar-se;
- c) extingue-se com a sentença de separação judicial;
- d) não se aplica às sociedades anônimas.

41. Assinale a resposta incorreta:

- a) o analfabeto pode emitir cheque por mandatário mediante instrumento público;
- b) o menor pode participar de sociedade limitada, desde que assistido por seus pais e integralizado o capital social;

- c) () a fiança é uma garantia civil e o aval é garantia de natureza cambial;
- d) () a prisão preventiva do falido tem sempre natureza criminal.

42. O Novo Código Civil:

- a) () mantém a clássica divisão das sociedades civis e comerciais, privilegiando o ato de comércio e a figura do empresário como elemento responsável pela organização da atividade econômica;
- b) () revigorou as sociedades simples que agora devem arquivar os seus atos constitutivos na Junta Comercial, o que, aliás, estava delineado na Lei 8.934/94, que já permitia sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- c) () determina que o brasileiro naturalizado há menos de dez (10) anos não pode ser sócio em empresa jornalística e radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- d) () inova ao autorizar que poder ser sócios entre si ou com terceiros, os cônjuges casados em regime de separação obrigatória.

43. Assinale a alternativa correta:

- b) () o ato processual realizado por meio de precatória é uma exceção ao princípio da indelegabilidade da jurisdição;
- c) () por força do princípio da aderência da jurisdição ao território, fora da circunscrição territorial o juiz não exerce a jurisdição, não é juiz, mas mero cidadão;
- d) () os magistrados no Brasil somente após dois anos de exercício no cargo é que adquirem a vitaliciedade.

44. Assinale a alternativa incorreta:

- a) () o pedido imediato consiste na providência

jurisdicional invocada, sentença condenatória, declaratória, constitutiva ou mesmo providência executiva, cautelar ou preventiva;

b) () na ação declaratória, o pedido mediato se confunde com o pedido imediato;

c) () entende-se por causa próxima, o fato gerador do direito e causa remota os fundamentos, a natureza do direito controvertido;

d) () é possível a cumulação de ações, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

45. Quando o tribunal provê apelação contra sentença de mérito, reconhecendo, entretanto, a litispendência, com extinção do processo sem julgamento do mérito, a doutrina identifica este fenômeno como:

a) () efeito expansivo subjetivo;

b) () efeito diferido;

c) () efeito expansivo objetivo externo;

d) () efeito expansivo objetivo interno.

46. Assinale a alternativa incorreta:

a) () a expressão *dano marginal* é decorrente da demora, lentidão do processo;

b) () para a caracterização da litigância de má-fé, o legislador brasileiro, não exige somente a intenção do agente para sua configuração, bastando em alguns casos, apenas a culpa grave;

c) () "expressões injuriosas" (CPC, art. 15), não têm o sentido empregado no Código Penal que são restritas à dignidade e ao decoro;

d) () após a prolação da sentença, pode o juiz, de ofício, conceder honorários advocatícios nela não previstos.

47. Assinale a alternativa correta:

- a) é possível a denunciação à lide na fase da liquidação;
- b) a sentença que julga procedente a denunciação da lide vale como título executivo, mas o aparelhamento deste depende do andamento da execução da sentença proferida na ação principal;
- c) a citação dos apostos, prevista no art. 57 do CPC, nas pessoas de seus advogados, prescinde da forma pessoal, mas é indispensável que tenham poderes expressos para recebê-la;
- d) fica ao inteiro critério do autor aceitar ou não a nomeação à autoria feita pelo réu.

48. Em face do que já restou sumulado pelos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) a Fazenda Pública, quando parte no processo e desde que requerente da medida, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito;
- b) a cumulação de multa contratual com honorários advocatícios não é permitida;
- c) é inadmissível reconvenção em ação declaratória;
- d) a existência de vara privativa instituída por lei estadual pode alterar a competência territorial resultante das leis de processo.

49. Quanto a prazos, marque a assertiva incorreta:

- a) o prazo para o litisconsorte recorrer será contado em dobro, ainda que apenas um tenha sido sucumbente;

b) () são dilatáveis, a critério do juiz, quaisquer prazos, dilatórios ou peremptórios, nas comarcas onde for difícil o transporte;

c) () feita a intimação no domingo, o primeiro dia do prazo, havendo expediente na segunda-feira, será a terça-feira;

d) () quando a lei não assinalar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas vinte e quatro horas.

50. Assinale a alternativa incorreta:

a) () a ação popular deve sempre ser proposta perante o juízo de primeiro grau, não havendo competência originária de tribunal para conhecer feitos populares;

b) () a sentença concessiva de mandado de segurança é preponderantemente de eficácia mandamental. Todavia, pode ter eficácia executiva, em vista dos efeitos patrimoniais do cumprimento da ordem;

c) () o mandado de segurança originariamente impetrado no tribunal de justiça, quando denegatória a decisão, ainda que se ventile questão constitucional, caberá recurso ordinário ao STJ, que funcionará como tribunal de apelação;

d) () quando a decisão do tribunal de justiça, no mandado de segurança ali impetrado for concessiva, o recurso cabível para o STJ é o ordinário, e/ou o extraordinário, dirigido ao STF, dependendo das peculiaridades do caso concreto.

51. Assinale a assertiva correta:

a) () a desobediência ao comando do artigo 614, II, do CPC, sendo insuficiente ou inexistente o demonstrativo de débito necessário à instrução da ação executiva, deve o juiz extinguir o feito de pronto, ao despachar a inicial;

- b) () além das questões relativas às condições da ação e aos pressupostos processuais, a cujo respeito há expressa imunização legal, a preclusão não alcança o juiz, em se cuidando de instrução probatória.;
- c) () verificando o oficial de justiça a hipótese do art. 227, do CPC, deverá este solicitar ao juiz autorização para proceder a citação com hora certa, pois não poderá realizá-la por conta própria.;
- d) () a citação em ação real ou reipersecutória não pode ser averbada no registro de imóveis.

52. Marque a alternativa correta:

- a) () existindo ações conexas que tramitam em comarcas diferentes, considera-se prevento o juiz que despachou em primeiro lugar, independentemente do momento da citação;
- b) () o *habeas data* é isento de custas e não há falar-se em honorários advocatícios, porque não se positiva possibilidade de sucumbência;
- c) () distribuída a ação por conexão ou por dependência, a competência relativa é prorrogada se não for oposta em tempo hábil a exceção declinatória.;
- d) () na comarca de Goiânia, junto aos juízes das 8ª e 9ª Varas Cíveis tramitam duas ações conexas. O juiz da 8ª Vara Cível despachou o feito em primeiro lugar, determinando a citação. No entanto, por problemas no cumprimento do mandado, a citação ocorreu primeiro na ação perante o juízo da 9ª Vara Cível, o que o tornou prevento.

53. Sobre a ação civil pública é FALSO afirmar que:

- a) () pode ter por objeto a condenação em dinheiro para reparação de danos morais ou patrimoniais causados ao meio ambiente, consumidor, bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, e, ainda, por infração de ordem econômica.;

b) () o foro competente para processar e julgar ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente é o local onde ocorreu o dano. Caso o dano se verifique em mais de uma comarca, é competente qualquer uma delas, resolvendo-se a questão pela prevenção;

c) () a requerimento dos legitimados para ação principal (Artigo 5º, da Lei 7.347/85), e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá ser suspensa a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias.;

d) () a ação civil pública não deverá ser utilizada para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias ou outros fundos como o FGTS.

54. Examine as assertivas abaixo:

I – A segurança preventiva, tal como a normativa, destina-se à obtenção de sentença específica, aplicável a todos os casos futuros da mesma espécie.

II – Considera-se autoridade coatora o superior que encampa o ato do inferior hierárquico e tem competência para adotar as medidas necessárias à satisfação do direito invocado, caso concedida a segurança.

III – Autoridade impetrada indiscutivelmente tem legitimidade para recorrer da sentença que concede a segurança. A legitimidade recursal da pessoa jurídica afetada pela concessão do writ, no entanto, é questão que suscita divergências.

IV – A sentença que concede a segurança, sujeita embora ao reexame obrigatório, pode ser executada provisoriamente.

a) () I e II estão corretas;

b) () I e III são corretas;

c) () III e IV são corretas;

d) () II e IV são corretas.

55. Examine as assertivas abaixo:

I- Na composição dos juizados especiais a figura do juiz leigo instituída pela Lei 9.099/95, depende exclusivamente de lei estadual para fixar limites funcionais, remuneração, não sendo obrigatório o afastamento do exercício da advocacia perante os juizados especiais, porquanto não se exige que esteja inscrito como advogado nos

quadros da OAB.

II- O sistema recursal dos juizados especiais legitima que a revisão dos julgados se dê por turma recursal composta por juízes do primeiro grau de jurisdição que se encontram, obrigatoriamente, afastados da competência para juiz de juizado especial.

III- O pedido contraposto no juizado especial está à disposição de qualquer dos réus que forem chamados a compor a lide nesse sistema, independente da limitação para ajuizamento de ação segundo a Lei 9.099/95.

IV- O valor máximo para ajuizamento de ação perante o juizado especial compreende a unidade de pedidos, podendo ultrapassar a limitação legal quando forem propostos pedidos diversos, e a sentença não ficará restrita à limitação legal.

V- A Lei 9.099/95 atribui competência ao juizado especial para conhecimento de causa de qualquer natureza ou valor, respeitada a opção das partes, independentemente de ter havido ou não acordo extrajudicial.

- a) () todas as assertivas estão corretas;
- b) () as assertivas II, III e IV estão corretas;
- c) () as assertivas II e IV estão corretas;
- d) () todas as assertivas estão incorretas.

56. Sobre processo de execução, considere as assertivas abaixo, assinalando a resposta apropriada.

I – Na exceção de executividade, o devedor cria incidente, cuja solução desafia sempre agravo de instrumento.

II – Além de a pré-penhora se mostrar passível de desconstituição, uma vez citado o executado pessoalmente, ou através de nomeação eficaz, a medida caducará se o credor não requerer tempestivamente a citação editalícia do devedor ou deixar de publicar o edital.

III – A remição é benefício de caráter restrito, personalíssimo, mas por considerar que o instituto tem sua razão de ser na *pietatis causa*, a jurisprudência tem ampliado os limites da previsão legal.

IV - A gradação estabelecida para a efetivação da penhora tem caráter absoluto, pois não pode ela ser alterada, tendo em vista o interesse das partes.

- a) I e II estão corretas;
- b) II e III estão corretas;
- c) I, III e IV estão corretas;
- d) todas estão corretas.

57. Assinale a alternativa correta:

- a) o brasileiro naturalizado não pode ser magistrado;
- b) o brasileiro naturalizado pode ser ministro do Supremo Tribunal Federal;
- c) a soberania nacional é exercida pelo sufrágio universal, direto, secreto e igual;
- d) o juiz de direito que praticar fato típico eleitoral será julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

58. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a lei de inelegibilidades prevê "investigação judicial", de competência da Justiça Eleitoral, para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou partido político, podendo resultar, dentre outras consequências, a cassação do registro de candidatura;
- b) as Juntas Eleitorais são órgãos da Justiça Eleitoral, assim como os Juízes Eleitorais;
- c) são irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança;

d) () sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso eleitoral deverá ser interposto em 05 (cinco) dias da publicação do artigo, resolução ou despacho.

59. Caso o tipo penal, em matéria eleitoral, seja omissivo no *quantum*, a pena mínima aplicável será de:

a) () 45 (quarenta e cinco) dias para os crimes punidos com detenção e 01 (um) ano para os punidos com reclusão;

b) () 15 (quinze) dias para os crimes punidos com detenção e 01 (um) ano para os punidos com reclusão;

c) () 60 (sessenta) dias para os crimes punidos com detenção e 06 (seis) meses para os punidos com reclusão;

d) () 30 (trinta) dias para os crimes punidos com detenção e 01 (um) ano para os punidos com reclusão.

60. A expedição de salvo-conduto em favor de eleitor na iminência de sofrer violência em sua liberdade de votar é da competência:

a) () do juiz ou promotor de justiça eleitoral;

b) () apenas do juiz titular da zona eleitoral respectiva;

c) () do juiz eleitoral ou do presidente da mesa receptora de votos;

d) () da autoridade policial local.

61. Os prazos para recurso contra decisão sobre o exercício do direito de resposta, contra diplomação, ação de impugnação de mandato e impugnação ao registro de candidatura é de, respectivamente:

a) () 24 (vinte e quatro) horas; 03 (três), 15 (quinze) e

05 (cinco) dias;

b) 03 (três) dias; 15 (quinze), 15 (quinze) e 05 (cinco) dias;

c) 03 (três) dias; 24 (vinte e quatro) horas; 05 (cinco) e 15 (quinze) dias;

d) 05 (cinco), 15 (quinze) dias; 24 (vinte e quatro) horas e 03 (três) dias.

62. A incapacidade para ocupações habituais, indubitavelmente, não dispensa a palavra dos médicos. E não se estendem apenas as atividades lucrativas.

a) estendem-se a toda ocupação imoral;

b) atende a toda ocupação lícita, não imoral;

c) atende a toda ocupação lícita, não imoral;

d) todas as anteriores.

63. Quais teorias tentam explicar a imputabilidade?

a) teoria da intimidade;

b) teoria do "laisse faire";

c) teoria da intimidabilidade, da identidade pessoal e da dirigibilidade;

d) teoria da intimidabilidade, da dirigibilidade, da identidade pessoal e da similitude social.

64. Nos crimes de ação múltipla ou plurinucleares, o agente responde:

a) por mais de uma conduta em concurso material;

- b) por mais de uma conduta em concurso formal;
- c) apenas por uma conduta em função do princípio da alternatividade;
- d) por mais de uma conduta em continuidade delitiva.

65. A consciência da ilicitude da conduta - erro de proibição - se invencível, dá lugar:

- a) a atenuação da responsabilidade dolosa;
- b) a atenuação da responsabilidade culposa;
- c) exclusão da culpabilidade;
- d) exclusão da culpabilidade da pena.

66. O crime de falsidade ideológica pode ser cometido:

- a) somente em juízo;
- b) no inquérito e no juízo;
- c) no flagrante;
- d) em qualquer deles.

67. O arrependimento espontâneo e voluntário e de forma eficiente do agente, logo após a prática de um crime, importa:

- a) na redução obrigatória da pena
- b) na isenção da pena;
- c) na atenuação da pena;
- d) na aplicação da pena restritiva de direitos

exclusivamente.

68. Causas há que excluem a ilicitude; e referem-se:

- a) causas que defluem da situação de necessidade;
- b) causas que defluem da atuação do direito;
- c) causa que deflue de situação de ausência de interesse;
- d) todas anteriores.

69. No que concerne à aplicação da pena é correto afirmar:

- a) a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, no seu início, se superior a (seis) 06 anos;
- b) no crime hediondo não existe qualquer possibilidade de progressão do regime de cumprimento de pena;
- c) no crime praticado com violência física à vítima, é incabível a substituição da pena privativa de liberdade, ainda que não superior a (quatro) 04 anos, por uma restritiva de direito;
- d) a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito prescinde da análise dos requisitos de ordem subjetiva do condenado.

70. Autoria colateral é:

- a) quando um autor ignora a conduta do outro;
- b) quando um autor sabe da conduta do outro, mas não participa do evento;

- c) quando um autor participa em todo "iter criminis";
- d) quando o autor só participa do evento.

71. Nas alternativas seguintes, marque aquela que estiver correta:

- a) no erro de execução, o agente responde por dois crimes, em concurso formal (artigo 70, do Código Penal), se, além da vítima não visada, atinge também aquela que pretendia ofender;
- b) o agente que sofrer mais de uma condenação, todas punidas com penas privativas de liberdade, deverá cumprir primeiro aquela que lhe for mais benéfica;
- c) a execução da pena privativa de liberdade, igual ou inferior a (dois) 02 anos, poderá ser suspensa condicionalmente, por um período que variará de (dois) 02 a (quatro) 04 anos;
- d) a pena de multa, se aplicada isoladamente, poderá ter seu cumprimento suspenso, mesmo que o condenado seja reincidente.

72. O crime de abandono intelectual de família, consuma-se:

- a) para os pais quanto ao filho legítimo, aos (dezesseis) 16 anos;
- b) para os pais quanto aos filhos legítimos, legitimados, reconhecidos ou adotivos, aos (dezesseis) 16 anos;
- c) para o pai quanto aos filhos sujeitos ao pátrio poder, naturais ou expúrios, aos (sete) 07 anos;
- d) só aos filhos legítimos, aos (sete) 07 anos.

73. Nas alternativas abaixo, marque a que for correta:

- a) a reabilitação poderá atingir os efeitos da condenação, restabelecendo a capacidade para o exercício da curatela;
- b) decorridos (dois) 02 anos da extinção da punibilidade, poderá ser requerida a reabilitação, excluindo-se desse prazo o período de suspensão condicional da execução da pena, se concedida;
- c) de ofício ou requerimento do Ministério Público, a reabilitação poderá ser revogada, se o reabilitado for condenado como reincidente, por decisão irrecurável, à pena, que não a de multa;
- d) a reabilitação só alcança as penas de reclusão superiores a (oito) 08 anos.

74. O processo penal de conhecimento de natureza condenatória - ordinário comum - contém diversas fases. A instrução criminal:

- a) começa com inquérito e termina após a fase do artigo 499 do Código de Processo Penal;
- b) com o recebimento da denúncia até as alegações finais da defesa;
- c) do interrogatório até o artigo 499 do Código de Processo Penal;
- d) desde o interrogatório até a conclusão dos autos para a prolação da sentença.

75. O "fumus boni iuris" diz respeito:

- a) inadmissibilidade do requerimento;
- b) ao direito de ação;
- c) a elemento pertencente ao direito material;

d) () a pressuposto elementar do procedimento.

76. No laudo de exame pericial de entorpecente, os peritos atestam que a substância foi submetida a análise por PROMATOGRAFIA, como positivo para a "cannabis sativa lineu".

a) () é bastante para uma sentença condenatória;

b) () não atesta que a substância esteja em atividade;

c) () o teste é meramente dedutivo;

d) () o Juiz pode condenar.

77. Há encargo processual:

a) () em todas as faculdades;

b) () somente na faculdade que deve ser exercida dentro de determinado prazo;

c) () somente na faculdade que deve ser exercida dentro de determinado prazo, sob pena de não mais poder sê-la;

d) () em todas as respostas anteriores.

78. O requerimento para que o Delegado instaure abertura do referido inquérito:

a) () interrompe a decadência;

b) () não interrompe a decadência;

c) () permite a investigação até que haja requerimento;

d) () nenhuma delas.

79. A correição - existente em todos sistemas processuais da jurisdição comum - impugna:

- a) só atos das partes;
- b) somente dos serventuários da justiça;
- c) só dos Tribunais ou de seus membros;
- d) só dos Juízes.

80. O corpo de delito - como locução com a finalidade de verificação existencial do crime, visualizado extrinsecamente - dá lugar:

- a) "corpus instrumentorum";
- b) "corpus probatorium";
- c) "corpus criminis";
- d) todos eles.

81. O condenado pode recusar:

- a) a graça;
- b) o indulto;
- c) a anistia;
- d) a comutação da pena.

82. Quando se afirma que a "ação é um poder, autônomo do direito subjetivo material, dirigido contra o adversário e de natureza privada":

- a) estamos frente a doutrina civilística;
- b) doutrina do direito concreto à tutela;
- c) doutrina do direito potestativo;
- d) doutrina do direito abstrato.

83. O ofendido(a) pode ser perguntado(a) perante o Júri:

- a) quando a pronúncia determina;
- b) quando requerido no libelo;
- c) quando requerido na contrariedade ao libelo;
- d) nenhuma das alternativas.

84. Para o processo penal vigora a regra "tempus regit actum", como também é sabido que a norma penal não beneficia ou favorece qualquer sujeito processual. Pergunta-se: se lei processual nova está em período de "vacatio":

- a) ela pode ser aplicada;
- b) ela não pode ser aplicada;
- c) há que se esperar o término do período da "vacatio";
- d) fica ao alvitre do juiz.

85. Assinale a alternativa correta. Em sede de remissão, como forma de exclusão do processo, a ser homologada pela autoridade judicial, o Ministério Público poderá aplicar ao adolescente infrator, as medidas sócio educativas:

- a) de liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e reparação de dano;

- b) de reparação de dano, de semi-liberdade e de liberdade assistida;
- c) de internação, de liberdade assistida e de advertência;
- d) advertência, reparação de dano e semi-liberdade.

86. Dentre as formas de colocação em família substituta (direito da criança e do adolescente não tendo família biológica), podem coexistir com o poder familiar:

- a) a guarda e a tutela;
- b) a tutela e a adoção;
- c) a adoção e a guarda;
- d) nenhuma das resposta corretas.

87. "AKTIÁ", com (nove) 09 anos de idade, estuda no município de Jabuticaba (tem Conselho Tutelar e é sede de comarca), mora no município de Espanha (tem Conselho Tutelar e é sede de comarca) e comete ato infracional de roubo, no município de Abacaxi (municípios conurbados). Não tendo a cidade de Abacaxi Conselho Tutelar e sendo sede de comarca, quem aplicará a medida a AKTIÁ, qual será a medida a aplicar e quem fará cumprir a medida?

- a) Conselho Tutelar de Jabuticaba; medida sócio-educativa; Ministério Público em Abacaxi;
- b) Juiz da Infância e Juventude de Abacaxi, ou quem sua vez o fizer; medida protetiva; Conselho Tutelar em Espanha;
- c) Juiz da Infância e Juventude de Abacaxi ou quem sua vez o fizer; medida sócio-educativa; Juiz da Infância de Espanha ou quem sua vez o fizer;
- d) Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Abacaxi; medida protetiva; Conselho Tutelar em Jabuticaba.

88. Assinale a alternativa correta;

- a) a petição de adoção deve necessariamente ser assinada pelos adotantes e por quem detenha capacidade postulatória, sem exceção;
- b) a petição de guarda pode ser assinada apenas pelo advogado dos requerentes;
- c) a petição de Tutela, pode ser assinada só pelo(s) requerente(s);
- d) exige-se em todos os casos de colocação em família substituta que assine a petição, quem tenha capacidade postulatória.

89. Quanto aos recursos nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e Juventude que adotam o sistema recursal do Código de Processo Civil, com adaptações, assinale a alternativa correta:

- a) exigem o preparo prévio;
- b) o prazo para interposição da apelação é de (quinze) 15 dias;
- c) a apelação será recebida só no efeito devolutivo;
- d) os recursos terão preferência de julgamento e dispensarão revisor.

90. No mês de abril de 1999, a empresa "Papagaios Ltda." (nome fictício) recolheu, com atraso, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do mês de competência março, do mesmo ano. O recolhimento extemporâneo foi efetuado com o acréscimo de multa pelo não pagamento, correção monetária e juros moratórios e a quantia devida foi corretamente informada a Secretaria da Receita Federal, por meio da declaração apropriada (Declaração à Secretaria da Receita Federal, revendo suas bases de dados, lavrou auto de infração contra a "Papagaios Ltda.", no qual reconhecia a exatidão do crédito tributário declarado, porém impôs à contribuinte uma multa de (cinquenta por cento) 50%, prevista em lei, relativa ao lançamento de ofício. Como a sociedade não apresentou qualquer impugnação administrativa, o crédito foi inscrito na dívida ativa, e a União moveu execução fiscal para cobrá-lo. Marque a **incorreta** (as assertivas podem ou

não estar relacionadas ao texto acima):

a) () os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na produção ou fabricação do produto destinado à venda, por autorização da IN SRF nº404/04, podem ser tratados como insumos, para fins de apuração de crédito para abatimento do valor devido em função da exação denominada COFINS;

b) () no texto acima, a penalidade pecuniária aplicada de ofício pode se referir a uma multa formal pela apresentação da DCTF fora do prazo;

c) () no caso em tela, a obrigação tributária relativa à autuação, se se tratasse de multa formal, seria do tipo principal em relação ao crédito advindo da mesma, uma vez que derivaria de uma obrigação igualmente principal, que seria entregar a DCTF no prazo fixado pela norma;

d) () a COFINS é um tributo apurado em um determinado mês e pago no mês seguinte até o dia (quinze) 15 do mesmo, ou, se este não for dia útil, até o último dia útil antes do dia (quinze) 15, sendo que, para os importadores de cigarro o recolhimento será efetivado na data de registro da Declaração de Importação no SISCOMEX.

91. O lançamento é efetivado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando:

I. a lei assim o determine;

II. a pessoa legalmente obrigada atenda pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, sobre declaração prestada no prazo e na forma da legislação tributária;

III. se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada no exercício do lançamento por homologação;

IV. deva ser apreciado o fato conhecido ou provado por ocasião do lançamento anterior.

Marque a alínea que contem as hipóteses **verdadeiras**.

- a) I e III, apenas;
- b) II e IV, apenas;
- c) I, II e III, apenas;
- d) I, II, III e IV.

92. Marque a **correta**:

- a) de acordo com o regulamento do Código Tributário Estadual de Goiás - RCTE - Decreto nº4.852/97, quando a mercadoria for destinada ao uso, consumo final ou à integração ao ativo imobilizado do estabelecimento destinatário; ou a consumidor final não contribuinte do ICMS não integrará a base de cálculo deste imposto o IPI;
- b) os impostos, taxas e contribuições de melhoria que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na constituição podem ser instituídos, mediante lei complementar, com fundamento na competência tributária residual;
- c) com relação à alíquota do ICMS, na operação ou prestação que destine bem ou serviço a consumidor final localizado em outro Estado, adota-se a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto, entretanto, adotar-se-á a alíquota interna, quando destinatário não o for;
- d) os rendimentos advindos do jogo do bicho e da exploração do lenocínio não são tributáveis, pois se trata de prática de atividade ilícita. Ademais, é o que preconiza o princípio do "*non olet*".

93. Marque a **incorreta**:

- a) de acordo com a IN SRF nº482/2004, à partir do ano-calendário de 2005, a DCTF de pessoas jurídicas em geral, inclusive as equiparadas, imunes e isentas,

salvo exceções, cuja receita bruta auferida no segundo ano-calendário anterior ao período correspondente à DCTF a ser apresentada tenha sido superior a (trinta) 30 milhões de reais; ou cujo somatório dos débitos declarados nas DCTF relativas ao segundo ano-calendário anterior ao período correspondente à DCTF a ser apresentada tenha sido superior a (três) 03 milhões de reais, deverá ser apresentada mensalmente, de forma centralizada, pela matriz;

b) () instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, (vinte e nove por cento) 29% do produto de sua arrecadação será entregue aos Estados e ao Distrito Federal;

c) () até a vigência da EC 33/2001, havia a incidência do ICMS na importação de bens por pessoa física ou jurídica que fosse ou não contribuinte do imposto;

d) () a competência dos Estados e do Distrito Federal para instituição do Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços é privativa, mas não exclui a instituição do mesmo tributo pela União, nos Territórios, ou ainda no exercício de sua competência extraordinária.

94. O governo federal, no âmbito de um programa de industrialização de regiões do Estado de Goiás, consegue atrair para lá uma importante multinacional do ramo de medicamentos. Os dirigentes da empresa prometem ali construir uma fábrica, na zona urbana do município de Aparecida de Goiânia, e pedem, como incentivo, a isenção de tributos sobre o imóvel onde ela será erguida. O Congresso Nacional, desejoso de colaborar com a iniciativa, aprova uma lei federal, de iniciativa do presidente da República, concedendo isenção do imposto predial e territorial urbano (IPTU) incidente sobre o aludido imóvel. Em face desse quadro e das normas tributárias constitucionais, marque o item **correto**.

a) () tratando-se de lei federal, regularmente votada e aprovada pelo Congresso Nacional, nada obstava a que se concedesse a referida isenção;

b) () a União poderia conceder incentivo fiscal de outra espécie, mediante lei, abrangendo a região onde se

pretendia instalar a fábrica, com a finalidade de promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país, sem que isso ferisse o Princípio da Uniformidade da Tributação Federal;

c) () temos, no caso acima, uma situação de guerra fiscal;

d) () se a isenção for dada por Lei Complementar da União, o Município deverá aceitá-la, por força da hierarquia das leis.

95. A autonomia científica do Direito Agrário tem por base:

a) () a legislação agrária consolidada;

b) () o ensino ministrado nos cursos de Direito;

c) () s princípios que o norteiam como ramo jurídico;

d) () o estudo sistemático dos conflitos fundiários.

96. Para o Direito Agrário, o que identifica a função social é:

a) () a localização do imóvel na zona rural;

b) () a destinação do estabelecimento agrário;

c) () a morada habitual do produtor e a cultura permanente;

d) () o preenchimento simultâneo dos requisitos definidos em lei.

97. A propriedade produtiva é aquela que:

a) () cumpre apenas a função econômica;

b) () cumpre a função social e a função ambiental ao mesmo tempo;

c) () atinge índices de produtividade somente para propiciar o bem-estar do trabalhador rural e sua família;

d) () produz dentro dos limites de preservação dos recursos naturais e de proteção do meio ambiente.

98. A ação discriminatória tem por objetivo:

a) () somente legitimar e regularizar posses de terras devolutas;

b) () separar as terras devolutas das que pertencem a particulares;

c) () separar as terras devolutas da União das que são dos Estados;

d) () fazer a demarcação judicial das terras devolutas discriminadas administrativamente.

99. A desapropriação agrária distingue-se das demais modalidades de desapropriação:

a) () porque somente se justifica quando há conflitos entre proprietários e posseiros no imóvel;

b) () somente quanto à forma de indenizar;

c) () tem por objeto somente terras devolutas;

d) () porque somente a União pode promovê-la.

100. Nos contratos agrários, o regime jurídico das benfeitorias é diferente do dos contratos de locação de prédio urbano:

a) () porque as casas construídas no imóvel rural são consideradas benfeitorias, e não acessões;

b) () porque o direito de retenção do imóvel implica

renovação automática do contrato;

c) () porque não admite a retenção do imóvel pelo não pagamento da indenização, salvo se pactuada expressamente;

d) () porque admite a retenção do imóvel, sem contudo explorá-lo na mesma atividade contratada.

GABARITO - TESTÃO - 20/02/2005
51º CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO

| | |
|-----|---|
| 001 | B |
| 002 | D |
| 003 | C |
| 004 | C |
| 005 | B |
| 006 | D |
| 007 | D |
| 008 | D |
| 009 | B |
| 010 | A |
| 011 | C |
| 012 | C |
| 013 | D |
| 014 | D |
| 015 | D |
| 016 | D |
| 017 | C |
| 018 | D |
| 019 | A |
| 020 | C |
| 021 | A |
| | |

| | |
|-----|---|
| 022 | C |
| 023 | D |
| 024 | B |
| 025 | D |
| 026 | B |
| 027 | C |
| 028 | C |
| 029 | D |
| 030 | C |
| 031 | B |
| 032 | A |
| 033 | D |
| 034 | B |
| 035 | B |

| | |
|-----|------|
| 036 | D |
| 037 | D |
| 038 | B |
| 039 | D |
| 040 | B |
| 041 | D |
| 042 | NULA |
| 043 | C |
| 044 | C |
| 045 | D |
| 046 | D |
| 047 | D |
| 048 | A |
| 049 | A |
| 050 | D |
| | |

| | |
|------------|----------|
| 051 | B |
| 052 | C |
| 053 | C |
| 054 | D |
| 055 | D |
| 056 | B |
| 057 | C |
| 058 | D |
| 059 | B |
| 060 | C |
| 061 | A |
| 062 | D |
| 063 | C |
| 064 | C |
| 065 | D |
| 066 | D |
| 067 | C |
| 068 | D |
| 069 | NULA |
| 070 | A |

| | |
|------------|---|
| 071 | A |
| 072 | C |
| 073 | C |
| 074 | D |
| 075 | C |
| 076 | B |
| 077 | C |
| 078 | B |
| 079 | D |
| | |

| | |
|------------|------|
| 080 | D |
| 081 | D |
| 082 | C |
| 083 | D |
| 084 | A |
| 085 | A |
| 086 | D |
| 087 | B |
| 088 | NULA |
| 089 | D |
| 090 | C |
| 091 | A |
| 092 | C |
| 093 | C |
| 094 | B |
| 095 | C |
| 096 | D |
| 097 | A |
| 098 | B |
| 099 | D |
| 100 | A |

51º CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ SUBSTITUTO

PROVAS ESCRITAS

1) PROVA DE DIREITO CIVIL

1 - Segundo a doutrina, o legislador brasileiro ao redigir o Código Civil utilizou-se da modelagem denominada sistema aberto.

Em face dessa afirmação, o que vem a ser "sistema aberto".

Ainda, na mesma ótica, identifique qual a importância desse paradigma utilizado pelo legislador do CCB vigente, dando sua opinião sobre a eficácia ou não desse "sistema" na busca da justiça.

Exemplifique casos caracterizadores desse "sistema aberto" no vigente Código Civil

2 - Fale sobre a responsabilidade civil do médico, destacando principalmente os seguintes pontos: a) a regulamentação dada ao caso pela legislação consumerista; b) a proteção do consumidor e a natureza da atividade médica; c) a incidência das responsabilidades subjetivas e objetivas; d) a incidência da responsabilidade solidária; e) a responsabilidade do profissional da saúde na condição de "ato praticado por equipe médica"; e f) a responsabilidade da instituição hospitalar (nosocômio), quando seja estabelecimento público e, também quando seja instituição privada. O candidato pode destacar outros pontos que conheça sobre a matéria.

3 - Tendo em vista as inovações introduzidas pelo atual Código Civil, escreva sobre a boa fé como cláusula geral das obrigações, enfocando sua relação com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e sua importância no processo de construção de decisões justas.

Tendo em vista o princípio da boa-fé objetiva, comente a informação do Professor NELSON ROSENVALD: "Os três grandes paradigmas do novo Código Civil são a eticidade, a sociedade e a operabilidade".

4 - Quais os modos de aquisição da propriedade móvel? Fale sobre os mesmos, em completas e objetivas linhas.

2) PROVA DE DIREITO PENAL

01 - Xisto, policial militar, ao ouvir uma brincadeira feita por Zeus, durante uma partida de futebol, aproxima-se do mesmo, interpelando-o. Não satisfeito com a explicação que lhe foi dada, aplica-lhe um soco, causando-lhe escoriações e hematomas. Otelo, que ali se encontrava interfere no entrevero, o que provocou a ira do policial que, de inopino, sacou de seu revólver, desferindo-lhe três tiros, produzindo-lhe os ferimentos motivadores de sua morte. Diante da revolta externada pelas demais pessoas que assistiam ao jogo, o policial foge do local e, utilizando-se da mesma arma de fogo, obriga o condutor de um veículo que passava pelas imediações, a entregá-lo. Logo depois da fuga, teve que abandonar o veículo porque o combustível acabou, o que facilitou a sua prisão pelos componentes de uma viatura que saíram em sua perseguição. No momento da efetivação da prisão, foram encontrados, em seu poder, 10 (dez) papétes de cocaína, dentro de um envelope, no qual estava escrito: "entregar para o Saci, no lugar combinado".

Na hipótese descrita, esclareça, justificadamente: os enquadramentos das condutas do agente Xisto; a competência para o processamento das mesmas e, o tipo de concurso evidenciado.

02 - Platão, no ano de 1990, mais precisamente, no dia 08.05.90, praticou abuso sexual (ato libidinoso) contra R.S.G., então, com 10 (dez) anos de idade, tendo sido denunciado, julgado e condenado por infração ao artigo 214 combinado com o artigo 224, alínea "a", do Código Penal

Na situação exposta, o fato de o crime cometido por Platão (atentado violento ao pudor) estar elencado entre os hediondos, importaria na exarcebação de sua pena, de metade, nos termos do artigo 9º, da lei que dispôs sobre essa categoria de crimes? Explique, fundamentadamente.

03 - O Código Penal, em seu artigo 107, enumera, em seus nove incisos, as causas de extinção da punibilidade.

A esse respeito, indaga-se: A referida enumeração é taxativa? Explique. Com a extinção da punibilidade, depois da trânsito em julgado da sentença, desaparecem todos os efeitos da condenação? Explique.

04 - Oto é proprietário de um restaurante, onde chegam dois elementos, Horácio da Silva. Na hora do acerto das despesas, surge uma alteração entre ele, em razão do valor cobrado. No entrevero, Horácio puxa uma faca da cinta e parte para cima de Oto e este, agindo com mais rapidez, apodera-se de um revólver que estava na gaveta e dá-lhe um tiro, ferindo-o mortalmente. Na sequência, Silas abre uma bolsa que trazia consigo, momento em que Oto, supondo que, dali, ele tiraria uma arma, atinge-o também, com um disparo. Com Silas já caído, Oto desfere-lhe mais dois tiros.

Diante do ocorrido, explique a situação de Oto em cada uma das condutas, justificadamente.

05 - Pablo e Juan, com 22 e 19 anos de idade, respectivamente, planejam a prática de um furto em uma Escola, de onde seriam subtraídos alimentos da merenda escolar, em um dia em que esta estaria fechada, por ser feriado nacional. Para a prática do furto, Pablo forneceu a Juan um pé-de-cabra, para que este arrombasse a porta do almoxarifado, onde ficavam acondicionadas as mercadorias, por ele visadas. No dia combinado, por volta das 21:00 horas, Pablo ficou nas imediações, no interior de um carro, no qual transportariam a mercadoria a ser furtada, enquanto Juan, de posse do pé-de-cabra, saltou o muro do terreno que cercava a escola para proceder a subtração, propriamente dita. Quando Juan tentava abrir a porta do almoxarifado, foi surpreendido pela presença de um vigia, com quem se atracou em luta corporal, em meio à qual, desferiu-lhe pancadas na cabeça, com o instrumento já citado, provocando-lhe traumatismo craniano, motivador de seu óbito. Com a vítima desfalecida, Juan entrou no almoxarifado, cuja porta já havia arrombado, retirando, dali, várias caixas de alimentos, levando-as até o carro, onde Pablo o esperava. Posteriormente, foram para um local ermo, onde dividiram o produto subtraído, ocasião em que Juan contou para Pablo sobre a morte do vigia.

Tomando como base a hipótese aventada, esclareça justificadamente, a situação dos agentes, quanto ao concurso de pessoas, responsabilização e apenação.

3) PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

01 - Discorra sobre o princípio da proporcionalidade, abordando:

- a) sua conceituação;
- b) sua fundamentação constitucional;
- c) sua aplicação no direito processual civil e penal, e
- d) sua aplicação como princípio de interpretação constitucional.

02 - Há vinculação ou limitação ao exercício do poder constituinte originário? Justifique.

03 - Comente a estrutura da federação brasileira e a incidência do princípio da subsidiariedade.

04 - Quais são os efeitos que decorrem da declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público no controle difuso?

4) PROVA DE DIREITO COMERCIAL

01 - Como se constitui uma sociedade anônima, quais seus livros sociais obrigatórios, seus órgãos principais (explique-os) e como se forma seu capital social?

02 - "Segundo Fábio Ulhôa Coelho, os títulos de crédito são documentos representativos de obrigações pecuniárias, Não se confundem com a própria obrigação, mas se distinguem dela na exata medida em que a representam. São assim, dotados de características que lhe são peculiares e intrínsecas, que constituem verdadeiros requisitos para que atinjam sua função, que é, primordialmente, da circulação de riqueza".

O doutrinador refere-se à características e requisitos dos títulos de crédito. Discorra sobre a cartularidade, a autonomia, a abstração, a inoponibilidade das exceções pessoais aos terceiros de boa-fé, a independência e a tipicidade dos títulos de crédito.

03 - Defina cada uma das modalidades de concentração de empresas permitidas no direito brasileiro e indique os documentos essenciais a essa concentração.

04 - Como relacionar o princípio da autonomia da pessoa jurídica, a preservação da empresa e a teoria da desconsideração da personalidade jurídica?

5) PROVA DE PROCESSO PENAL

01 - "LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". (Constituição Federal, art. 5º).

Discorrer sobre:

- a) "nomem iuris" adequado;
- b) as regras probatórias impostas pela norma constitucional.

02 - Em uma ação penal de conhecimento de caráter condenatório, como o órgão jurisdicional pode certificar-se da autoria e da verificação existencial do fato? (Discorrer sobre o corpo de delito).

03 - Explique o caráter da "Revisão Criminal"

04 - O ato processual como ação humana voluntária de um sujeito processual ou de um sujeito estranho à relação processual, que a lei utiliza aos fins da constituição, desenvolvimento, modificação ou extinção da relação processual tem, efetivamente, sentido finalístico pela influência

direta do ATO sobre o processo.

Posto isto, distinga o ato em relação aos efeitos.

6) PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01 - A Assistência judiciária no Brasil é tema de preceito constitucional com lei ordinária estabelecendo a forma de sua concessão. Indaga-se quais os destinatários desse benefício? Justifique.

02 - SÓCRATES ajuíza ação negatória da paternidade em face de PLATÃO, dizendo que ao tempo em que foi declarada judicialmente a paternidade do requerido não era disponível o exame de DNA. Afirma não ser o pai de Platão. Constrói sua tese na fundamentação que a justiça deve prevalecer sempre, mesmo quando a decisão está protegida pelo manto da coisa julgada. Requer a produção de exame de DNA. Citado, o réu alega em defesa que a matéria está consolidada pela certeza jurídica da coisa julgada, pedindo a extinção do processo sem julgamento do mérito. Como juiz (a) você acolheria a tese da defesa dando primazia à segurança jurídica, ou permitiria o avanço do processo com abrandamento da regra processual? Justifique.

03 - Numa execução que se arrasta por mais de 10 anos, a penhora recaiu sobre único bem disponível do devedor, um imóvel cujo valor supera em muito o crédito. Finda a segunda praça sem arrematação, o credor requereu a adjudicação de parte dela do bem penhorado, oferecendo preço proporcional não inferior ao do edital, correspondente ao valor do crédito executado. É possível a adjudicação na forma pleiteada? Justifique.

04 - Segundo Araken de Assis, in Revista de Processo Civil, vol. III, ano 28, julho/setembro - 2003, página 20: "Pode-se definir o *contempt of court* como a ofensa ao órgão judiciário ou à pessoa do juiz, que recebeu o poder de julgar do povo, comportando-se a parte conforme suas conveniências, sem respeitar a ordem emanada da autoridade judicial".

Em que pese tal instituto ter origem próxima no sistema processual dos países anglo-saxônicos, o legislador brasileiro, em inobscurecível simpatia, tem introduzido em nosso sistema processual o implante do tema. Aponte no Código de Processo Civil a utilização do instituto, bem como discorra sobre a finalidade de sua adoção.

05 - Na comarca de Goiânia, foi concedida pela autoridade judiciária competente da fazenda pública estadual, definitivamente, a segurança em *mandamus*, para a liberação de mercadorias, fundamentada com o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça (RESP 162034 / RS; RECURSO ESPECIAL 1998/0001823-9): "É PACÍFICO NO ÂMBITO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE O ENTENDIMENTO DE QUE "É INADIMISSÍVEL A APREENSÃO DE MERCADORIAS COMO MEIO COERCITÍVEL PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS". (SÚMULA NUM. 323/STF). Expedida a ordem, a autoridade impetrada recusou-se ao cumprimento. O impetrante noticia o fato ao juiz da causa, pedindo que seja expedido mandado de prisão por desobediência de ordem judicial. É possível o acolhimento? Justifique.

51º CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ SUBSTITUTO

PROVAS PRÁTICAS

ELABORAÇÃO DE SENTENÇAS

1) DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

O Representante do Ministério Público do Estado de Goiás ofereceu denúncia contra JUCA BRAVO, brasileiro, solteiro, sem profissão definida, natural de Codó - MA, nascido aos 20 de agosto de 1969, filho de Apolo Bravo e de Maria Madalena, com endereço na Rua 105, nº 110, Setor Bela Vista; JOÃO SABIDO, brasileiro, solteiro, comerciante, natural de Brasília - DF., nascido aos 02 de janeiro de 1980, filho de Antônio Sabido e de Sebastiana Serefina Sabido, residente e domiciliado na Rua 57, nº 172, Setor Central, Goiânia - GO e NERO CORAGEM, brasileiro, casado, policial reformado, natural de Cruaru - PE, nascido aos 16 de dezembro de 1942, filho de José Coragem e de Lucrécia Coragem, residente e domiciliado na Rua 230, nº 1986, Setor Central, Anápolis - GO.

Sustenta o Representante do Ministério Público que o primeiro denunciado (Juca Bravo), no dia 08 de fevereiro, nesta cidade de Goiânia - GO, por volta das 21:00 horas, na Praça Cívica, rompeu o quebra-vento do veículo, tipo Gol, cor vermelha, ano 1997, de propriedade da vítima BENEDITO FLORÊNCIO, subtraindo vários objetos que se encontravam no seu interior, dentre eles um aparelho toco CD, vendendo-o no dia seguinte, pela quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para o segundo denunciado (João Sabido). Posteriormente, ou seja, no dia 10 do mesmo mês e ano, o primeiro denunciado (Juca Bravo), quando se encontrava nas proximidades do Estádio Serra Dourada, onde acontecia uma exposição de veículos, rompeu o quebra-vento de veículo Fiat Uno, cor prata, ano 1998, de propriedade da vítima ANA BOLENA, conseguindo subtrair o aparelho de som do referido automóvel, sendo que nessa oportunidade, contou com o auxílio do terceiro denunciado (Nero Coragem), o qual ficou em alerta para visá-lo sobre a aproximação de pessoas ou da polícia, bem como para assegurar a posse da *res furtiva*.

Concluiu o Ministério Público, pela incursão de JUCA BRAVO nas sanções do art. 155, § 4º, inciso I e IV; JOÃO SABIDO, art. 180, § 1º, e NERO CORAGEM, art. 155, § 4º, incisos I e IV, todos do Código Penal.

Recebida a denúncia em 10.04.1998, os acusados foram citados e interrogados, tendo apresentado Defesa Prévia, nos termos da lei. O primeiro e terceiro denunciados (Juca Bravo e Nero Coragem), quando interrogados, em juízo, negaram a autoria, alegando que a confessaram perante a Autoridade Policial, porque sofreram pressão por parte do Delegado. O segundo denunciado (João Sabido) negou a autoria, dizendo, contudo, que comprou o aparelho toco CD, desconhecendo a sua origem. As vítimas prestaram declarações, e quatro testemunhas confirmaram o fato, inclusive, declararam que JUCA BRAVO já havia sido condenado em outro processo, pela prática de porte ilegal de arma, e estava cumprindo pena em regime semi-aberto, à época do evento narrado na peça acusatória. As testemunhas arroladas pelos Defensores, em número de seis (06), nada souberam dos fatos.

Na fase do art. 499, do Código Penal, as partes não requereram qualquer diligência.

Na oportunidade do art. 500, do mesmo Diploma Legal, o representante do Ministério Público pugnou pela condenação dos acusados, nos moldes da denúncia. O defensor do primeiro e do terceiro denunciados (Juca Bravo e Nero Coragem) requereu a absolvição de ambos, sob alegação de absoluta falta de prova para sustentar um decreto condenatório, enquanto o defensor do segundo acusado (João Sabido) sustentou que o mesmo não tinha conhecimento da procedência ilícita do aparelho de som que adquiriu de Juca Bravo, inclusive chegou a procurar pela nota fiscal do referido aparelho, entretanto, o 1º denunciado ficou de levá-la posteriormente, razão pela qual deve ser absolvido. Acrescentou, ainda, que em caso de outro entendimento, deve ser declarada, em relação a ele, a nulidade do processo, porquanto não lhe foi nomeado como curador, quando interrogado na Polícia, um bacharel em Direito e sim, um leigo.

Os autos foram conclusos ao juiz, para a elaboração da sentença no dia 16.05.2005.

2) CIVIL E COMERCIAL

José da Silva é sócio de Manoel de Sousa na empresa COMPRAFÁCIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., cuja constituição jurídica e legal data de 07 de maio de 1998.

Recentemente, em 05 de outubro de 2003, José da Silva intentou uma ação judicial visando a dissolução da sociedade empresária.

Na petição inicial, alegou a quebra da *affectio societatis*, por descumprimento da finalidade social e o uso da pessoa ficta para monobras ilegais. Essas condutas foram imputadas ao sócio Manoel de Sousa. Com a inicial vieram vários documentos, além de que foi requerida a produção de prova oral e pericial.

Em contestação, que foi apresentada dois dias após o término do prazo legal previsto (intempestiva, portanto), Manoel de Sousa refutou os argumentos de fato e de direito contidos na peça vestibular, concentrando sua defesa no fato de que o princípio de continuidade da empresa impediria a pretensão do autor. Apresentou documentos.

Houve impugnação à contestação, oportunidade em que José da Silva suscitou a intempestividade da defesa apresentada e requereu a decretação da revalia com a consequente incidência de seus efeitos legais.

Observou-se a completa instrução probatória, com a colheita de prova testemunhal, depoimentos pessoais e perícia técnica contábil. As provas colhidas em juízo formariam a convicção sobre a tese esboçada pelo autor da ação.

Nos memoriais escritos apresentados por ambas as partes, cada uma delas ratificou as suas respectivas teses.

Os autos foram conclusos para sentença.

OBSERVAÇÕES:

01 - O (a) candidato (a), diante deste caso concreto, deve proferir a sentença cabível, observando todas as normas de direito que permeiam o caso, em especial aquelas que regulam o ato processual a ser elaborado nesta prova, bem como o direito material próprio.

02 - Os fatos que envolvem o caso concreto são apenas os que constam do enunciado acima, ressalvando-se que todos eles deverão ser considerados para efeito de proferimento da sentença. Não será portanto, admitida divagação por parte do candidato (a).

3) DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL

PENÉLOPE STANKIS, domiciliada nesta cidade, move ação indenizatória em face da SOCIEDADE INFORMATIVA ANULA-TESE LTDA (REVISTA FALA TUDO), e do jornalista ARISTIÁCOLIS XERAFONTIS, com fundamento nos artigos 5º, V, X, XIV e 220, da Constituição Federal e artigo 186 do Código Civil, sob a seguinte argumentação:

Na condição de atriz, a autora integra o elenco da peça teatral - "A Lógica" - interpretando Madalena, uma prostituta que chega ao ápice da sociedade onde vive, graças às informações recebidas de seus "clientes", pessoas influentes na Corte, num país imaginário, cujo reinado era caracterizado pela desorganização total.

Salienta que tem vinte anos de exercício da profissão artística, recebendo várias premiações e durante esse período jamais ficou desempregada, a ponto de adquirir, fruto de seu trabalho, considerável patrimônio, além de elevado conceito internacional como atriz.

Relata que, a pretexto de comentar sua atuação na peça exibida nesta cidade (Goiânia), local em que fixou residência há três anos, à procura de melhor qualidade de vida, por ironia do destino, a primeira requerida publicou sua fotografia na capa da REVISTA FALA TUDO – 36ª edição, com a seguinte chamada: "FICÇÃO OU REALIDADE?", de autoria do segundo requerido, com circulação nacional no dia 25 de dezembro de 2003.

Considera o conteúdo da matéria veiculada como altamente ofensiva à sua pessoa, pois teve sua honra, a intimidade, a vida privada e a imagem desprezadas pelos requeridos. À guisa de se comentar sua atuação na peça teatral, a matéria questionada tece considerações descabidas, preconceituosas, gratuitas, migrando para o ataque pessoal. Cita trechos da publicação:

"A atriz Penélope interpreta tão bem a personagem Madalena graças aos seus dotes físicos, negra poposuda, faladeira, dissimulada, íntima de políticos da República, ficando à vontade para exteriorizar no palco aquilo que faz muito bem na realidade..."

"... Contam que a Pê (como era conhecida na noite carioca), costumava levar filhos de homens influentes ao seu lupanar, uma cobertura na zona sul, para iniciá-los na vida sexual..."

Discorre sobre várias considerações injuriosas e difamatórias veiculadas na matéria sob enfoque, fatos que possibilitam a reparação por dano moral e à imagem, além dos reflexos de ordem econômica, pois teve seus contratos de publicidade cancelados, além da rescisão do seu contrato de trabalho com a Companhia Theatral Lux Ltda, por conta do escândalo deflagrado a partir da nefasta e irresponsável matéria jornalística.

Ao final, após arrolar lições doutrinárias e precedentes jurisprudenciais acerca do tema, roga o acolhimento dos pedidos, com a condenação dos requeridos, solidariamente, à indenização por danos morais e à imagem na ordem de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), além dos danos materiais, lucros cessantes e danos emergentes, a serem apurados por liquidação de sentença, custas e honorários.

A documentação de fls. 45/108 acompanha a inicial.

Citados, os requeridos ofertaram resposta próprias, por advogados distintos.

A primeira requerida, em preliminar, argüi a incompetência deste juízo, pois embora tenha sua sede nesta cidade, o jornalista autor da matéria questionada e segundo requerido reside na cidade de Aparecida de Goiânia e, por força do art. 94 do Código de Processo Civil e da Lei de Imprensa, o foro de seu domicílio deve ser o determinante para a competência.

Aduz, também, a decadência, pois na data da publicação da matéria ao exercício da ação (protocolização dia 02 de abril de 2004) demandou tempo superior a três meses. No mesmo passo, salienta que é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da ação, já que não pode ser responsabilizada por ato de terceiro, o jornalista que assinou a matéria.

No mérito, pondera que a Carta Magna consagra a liberdade de expressão e que o conteúdo da

matéria questionada não pode dar ensejo à qualquer indenização, pois é conforme o direito (artigo 5º, IX, IV, XIV e 220, parágrafo 1º da Constituição Federal). Verbera que a autora, como pessoa famosa, célebre, não deve ocultar nada de sua vida ao conhecimento público, nem tampouco a sua imagem. Ademais, é papel da imprensa noticiar fatos de interesse da coletividade, em detrimento do interesse individual, como na hipótese. Requer, pois, caso superadas as preliminares, que os pedidos sejam julgados improcedentes, com as conseqüências da sucumbência.

O segundo requerido, em sua contestação, articula as mesmas preliminares, com exceção da ilegitimidade *ad causam* passiva, pois entende que quem deve responder pela eventual responsabilização é apenas a primeira requerida. No mérito, assevera que não praticou ilícito algum. Diz que seu comportamento está amparado no artigo 5º, IX, IV, XIV e artigo 220, da Constituição Federal. Lembra que a liberdade de expressão é sustentáculo maior da democracia. Critica alguns julgados citados na inicial como retrógrados, jamais vistos sequer na pior fase da ditadura militar. Articula que realiza jornalismo investigativo, informador, livre, possuindo vasta contribuição ao aprimoramento das relações sociais. Reafirma o que disse na matéria questionada, fruto de sua investigação acerca dos fatos junto a fontes fidedignas (sobre as quais não está obrigado a revelar). Pede, também, na eventualidade da superação das preliminares, que no mérito seja desacolhida a pretensão exteriorizada na inicial. Aponta, de outro passo, que indenização pleiteada é exorbitante, positivando intenção de enriquecimento sem causa, fora dos parâmetros estabelecidos pela Lei de Imprensa (tarifária), legislação infraconstitucional que disciplina a espécie.

Houve réplica, ocasião em que a autora se mostrou irresignada com a forma utilizada pelos requeridos para a argüição da incompetência relativa. A seu juízo, isto reflete ato atentatório à regularidade da marcha processual, cuja rejeição era imperativo legal. Refuta, também, tanto a questão prejudicial como as preliminares, porque inócuentes no caso. Por outro lado, entende como extemporâneas as contestações dos requeridos, pois a citação de ambos ocorrera no dia 12 de abril de 2004, enquanto que as peças de respostas foram protocolizadas coincidentemente no dia 28 de abril do mesmo ano, ou seja, no 16º (décimo sexto) dia de fluência do prazo. Assim, finaliza, impostergável o reconhecimento da revelia.

Instaladas a que se manifestassem sobre eventual necessidade de dilação probatória, as partes requereram o julgamento do processo conforme o seu estado.

É o relatório. Decido.